



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*constituindo uma nova história*

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação acostada é verdadeira e reafirmo a solicitação do pagamento referente aos meses de Setembro e Outubro, para que seja cumprido o compromisso firmada entre o Servidor e a Gestão Municipal. Esses Servidores em regime de contrato vinculado à Secretária de educação exerceram suas atividades profissionais, nos meses acima citados, mas não receberam seus proventos.

Por ser verdade, dou fé e assino.

*Euriclea Ferreira Santos de Souza*  
EURICLEA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

Secretaria de Educação



PREFEITURA DE  
**CAAPORA**  
*construindo uma nova história*

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os servidores em relação anexa, exerceram atividades profissionais nos meses de Setembro e Outubro 2018. Os mesmos não receberam seus salários referentes aos referidos meses.

Por ser verdade, dou fé e assino.

NEUMA CLEA VELOSO CORREIA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

2017/2018

### REQUERIMENTO

Informações do requerente:

Nome: <u>Guilherme Batista Feliciano</u>	Estado civil:	Telefone:
CPF/CNPJ: <u>081.83037437</u>		
Endereço: <u>Rua Francisco S/N</u>	Cidade: <u>Caapora</u>	UF: <u>PA</u> CEP: <u>58326-000</u>
Bairro: <u>Centro</u>		Matrícula: <u>100.114</u>
Cargo: <u>Monitora</u>	Lotação: <u>Sec. Educação</u>	RG: <u>32.35.319</u>
E-mail:		

Venho requerer de Vossa Senhoria:

<input type="checkbox"/>	Certidão
<input type="checkbox"/>	Licença prêmio
<input type="checkbox"/>	Licença sem vencimento
<input type="checkbox"/>	Férias
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros - Especificar
Justificativa/ Exposição de Motivos/ Outras informações Complementares	
<u>Reconhecimento de dívida</u>	

Caapora, 04 de abril de 2019

ASSINATURA DO REQUERENTE

Giselle Batista Feliciano

PONTO DO DIA 01 a 30 DE Setembro DE 2018  
 01/09/18 a 30/09/18 01/10/18 a 31/10/18

Hora da Entrada	Assinatura	PONTOS USADOS		Assinatura	Hora da Saída
		Saída	Entrada		
	Setembro			Outubro	
	SABADO			Giselle Batista Feliciano	
	DOMINGO			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	FERIADO			SABADO	
	SABADO			DOMINGO	
	DOMINGO			P. FACULTATIVO	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			ATELIADO	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			FERIADO	
	Giselle Batista Feliciano			SABADO	
	Giselle Batista Feliciano			DOMINGO	
	SABADO			FERIADO	
	DOMINGO			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	SABADO			SABADO	
	DOMINGO			DOMINGO	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	Giselle Batista Feliciano			Giselle Batista Feliciano	
	SABADO			SABADO	
	DOMINGO			DOMINGO	
	SABADO			P. FACULTATIVO	
	DOMINGO			Giselle Batista Feliciano	
				Giselle Batista Feliciano	



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que:  
Giselle Batista Feliciano CPF nº 08183037437 e RG nº 3235319 exerceu suas atividades, função: Maritona, em regime de contrato, vinculado a Secretaria de Educação do Município de Caaporã-PB, cumprindo jornada de trabalho de 40 horas semanais, na escola Creche Prof. Simão Américo Almeida Barbosa, nos meses de setembro e outubro de 2018.

Por ser verdade, dou fé e assino.

Caaporã, 14 / 10 / 2019

Ar. Paul

Assinatura



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CAAPORA  
FICHA FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2018

18/06/2019

Matrícula: 100114	Nome: GISELE BAPTISTA FELICIANO	Cargos: 1369- MONITOR	C.P.F.: 081.830.374-37	PIS/PASEP: 141.88135.18.1	Data Nasc.: 13/08/1989										
Orgão: 02072 - SEC. EDUCACAO - MDE			Regime: OTR		Data Adm.: 04/03/2018										
Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	13º Salário	Total
<b>VANTAGENS</b>															
1100	VENHIMENTOS	-	-	954,00	954,00	954,00	954,00	954,00	954,00	-	-	380,71	-	-	6.014,71
1008	30% PARCELARES	-	-	-	-	-	-	-	31,71	-	-	45,00	-	-	76,71
	<b>TOTAL DE VANTAGENS - R\$</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>954,00</b>	<b>954,00</b>	<b>954,00</b>	<b>954,00</b>	<b>954,00</b>	<b>985,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.091,42</b>
<b>DESCONTOS</b>															
2100	INSS	-	-	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	-	-	23,85	-	-	481,57
	<b>TOTAL DE DESCONTOS - R\$</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>76,32</b>	<b>76,32</b>	<b>76,32</b>	<b>76,32</b>	<b>76,32</b>	<b>76,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>481,57</b>
	<b>VALOR LÍQUIDO - R\$</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>877,68</b>	<b>877,68</b>	<b>877,68</b>	<b>877,68</b>	<b>877,68</b>	<b>909,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>217,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.614,85</b>

OBS.: Este documento não é válido como comprovante de rendimentos para declaração de IRRF, pois poderá haver valores que não foram pagos.



## PARECER TÉCNICO N.º 046/2019

Processo/Ofício/SESCAA n.º. 194/2019

Assunto: Reconhecimento de Dívida

Objeto: Folha de pagamento

Secretaria Interessada: Secretaria Municipal de Finanças

Empresa Interessada: GISELE BATISTA FELICIANO CPF: 081.830.374-37

Veu ao conhecimento desta Controladoria para análise e emissão de Parecer Técnica pedida quanto ao reconhecimento de dívida a respeito do não pagamento dos vencimentos do servidor supracitado, conforme declaração em anexo do Secretário de Finanças.

É o relatório.

Conforme constam nos documentos anexos ao processo e por informações colhidas com o pessoal dos recursos humanos, restou constatado que alguns servidores ficaram de fora da folha de pagamento mesmo prestando serviços a Edilidade.

Pelo que, define-se o reconhecimento de dívida como o procedimento administrativo instaurado com o fim de indenizar o contratante de boa-fé, por serviços ou produtos entregues à Administração Pública, sem a regular cobertura contratual e sem o efetivo pagamento.

A legislação vigente admite o instrumento de reconhecimento de dívida como forma de não incorrer o contratante em enriquecimento injustificado em face do empobrecimento do contratado.

A Lei 4.320/64 versa que:

*"Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica."*

Cabe destacar ainda, que a mesma norma que autoriza o reconhecimento de dívida, também exige que a Administração Pública apure a responsabilidade do servidor que deu causa ao não empenhamento em data devida, com a consequente prestação de serviço ou fornecimento de produto, haja vista que o dispositivo legal sob análise, parágrafo único do art. 39 da lei 8666/93, é expresso neste sentido: *"promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa"*.

Isso porque, os servidores públicos estão obrigados a seguir a legislação. Ora, se houve a nulidade de algum contrato, houve o descumprimento de alguma norma por parte do agente administrativo, com prejuízo ao Interesse público, sendo necessária apurar a responsabilidade e, se for o caso, aplicar alguma sanção administrativa ao referido infrator.

A ausência da apuração não impede o pagamento da indenização, pois representaria enriquecimento ilícito à Fazenda Pública. Porém, acarretará responsabilização administrativa da autoridade competente pela autorização do pagamento, por omissão do dever legal de comunicar a irregularidade à autoridade competente pela apuração.

Portanto, o reconhecimento de dívida se apresenta como um procedimento administrativo que viabilizará o pagamento de indenização, com fulcro no parágrafo único do art. 39 da Lei 8.666/93, desde

que:



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**

*construindo uma nova história*

- a) comprovada prestação do serviço à Administração Pública;
- b) ausência de cobertura contratual válida, para o serviço prestado à Administração Pública;
- c) boa-fé do particular, representada pela sua não concorrência à nulidade contratual;
- d) ausência de pagamento serviço, fornecido sem cobertura contratual.

Diante do exposto, estando presentes os requisitos supracitados, a declaração de reconhecimento de dívida por parte do Secretário de Finanças, o atesto da prestação dos serviços para a Prefeitura Municipal de Caaporã, a doação orçamentária e demais documentos que instruem o processo, **OPINO favoravelmente ao pagamento referente aos vencimentos trabalhados e não percebidos nos meses de setembro e outubro de 2018 no valor total de R\$ 1.908,00.**

Por fim, para evitar qualquer responsabilidade administrativa ao ordenador da despesa, deve ser apurada ainda, a responsabilidade do servidor que deu causa à ausência de cobertura contratual.

É o Parecer.

Caaporã/PB, 19 de junho de 2019.

**Flávio Augusto Cardoso Cunha**  
Controlador Geral do Município  
Mat. 10000234